

# Governos evitam relacionar zika com aborto, diz ativista

**(Exame, 20/05/2016)** A especialista brasileira Débora Diniz critica “a inação” dos governos latino-americanos perante o zika vírus porque a luta contra a epidemia necessita falar sobre os direitos das mulheres, concretamente o do aborto.

“Há uma conexão muito importante entre a zika e os direitos das mulheres e das crianças com incapacidade. Mas nossa região não respeita nem as mulheres e nem os incapacitados”, afirma em entrevista à Agência Efe Diniz, co-fundadora do Instituto de Bioética Anis, que participou da conferência internacional Women Deliver realizada em Copenhague.

Este Instituto apresentou recentemente perante o Superior Tribunal Federal (STF) um pedido para que se autorize o aborto caso uma mãe contraia zika, já que cada vez há mais evidências que indicam uma relação de causa entre o vírus e os casos de microcefalia.

“É uma tragédia humanitária onde as vítimas são as mulheres. Precisamente por isso, as autoridades não estão fazendo nada, porque é um tema são as mulheres”, denuncia Diniz.

“Falar de zika implica falar sobre os direitos das mulheres, de planejamento familiar e aborto. E sobre isso não querem falar”, lamenta.

O medo perante a microcefalia reabriu o debate do aborto nesta região, uma das que mais o criminaliza no mundo todo, onde “há uma ameaça imediata de que a clandestinidade do aborto cresça”, alerta Diniz.

Desde que o Brasil anunciou no ano passado que tinha detectado um surto de zika, quase 60 países detectaram a doença entre sua população, que é assintomática em 85% dos casos.

No entanto, foi detectado um aumento exponencial de casos de microcefalia em bebês cujas mães tinham se infectado com o vírus e da Síndrome de

Guillain-Barre (disfunção neurológica).

“A resposta da região foi terrível, exceto na Colômbia, onde o ministro da Saúde anunciou que o aborto em caso de zika estava protegido pelo Suprema Corte”, explica Diniz.

Em alguns países da região, a lei só acolhe a possibilidade de abortar caso a vida da mãe corra perigo, enquanto no Chile, El Salvador, Haiti, Honduras, Nicarágua, República Dominicana e Suriname nem sequer nesse caso.

Por isso, as mulheres grávidas vivem “com pânico” perante a falta de informação e o risco do vírus, por isso que reivindicam o direito ao aborto especialmente no Brasil, o país mais afetado pela epidemia.

Embora as mulheres com recursos se desloquem a outros países para poder abortar, explica Diniz, a grande maioria não tem recursos para fazer, por isso que são obrigadas a recorrer a abortos clandestinos em condições de risco.

Na opinião desta antropóloga e ativista, a situação no Brasil piorou recentemente com saída de Dilma Rousseff como presidente e com a instauração do novo governo, formado integralmente por homens.

“É incrível que a única solução dada pelas autoridades é recomendar às mulheres que não fiquem grávidas em um futuro próximo”, diz Diniz, porque não levam em conta que na América Latina há uma alta porcentagem das gravidezes não são planejadas.

Enquanto as autoridades não querem falar abertamente do assunto, o papa Francisco mencionou a possibilidade de usar métodos anticoncepcionais perante o risco de zika.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) também advertiu do risco que surja um surto de zika no final de primavera ou verão na Europa e África, onde surgiu pela primeira vez em 1947.

“Me espanta que a epidemia possa voltar à África, onde os sistemas de saúde são muito frágeis. As consequências podem ser inimagináveis”, advertiu Diniz.

**Acesse no site de origem:** [Governos evitam relacionar zika com aborto, diz ativista \(Exame, 20/05/2016\)](#)